

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA COM CATADORES NUMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM

DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/conresol.8.25.III-018>

Vanusa Mariano Santiago Schiavinato (*), Leiliane Ermínia da Silva Stefanello, Andressa Geovana Santiago Schiavinato, Mario Ricardo Guadagnin, Sandro Benedito Sguarezi

* UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso vanusa.schiavinato@unemat.br

RESUMO

A Educação Ambiental Crítica (EAC) tem em seu escopo uma abordagem transformadora que busca a emancipação por meio do pensamento crítico e da participação social, rompendo com modelos conservadores e tecnicistas da educação ambiental. Esse olhar valoriza os saberes populares e enfatiza a interação direta com grupos historicamente marginalizados, como as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, contribuindo para o fortalecimento da consciência ecológica e cidadã. O artigo relata uma experiência de imersão prática ocorrida em Araputanga-MT, durante a Semana Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, onde educadores, técnicos e profissionais de apoio vivenciaram, por três dias, a realidade da reciclagem em uma associação de triagem e separação de resíduos. Por meio dessa atividade, os participantes puderam observar os desafios enfrentados pelos catadores e compreender a importância da economia solidária e do gerenciamento integrado de resíduos sólidos para a sustentabilidade socioambiental. Alinhada às perspectivas de autores como Carvalho (2012) e Sauvé (2005), a proposta pedagógica ultrapassa os limites da sala de aula ao promover a troca de saberes e o engajamento em práticas transformadoras, que dialogam com dimensões políticas e sociais. A vivência enfatizou ainda a necessidade de políticas públicas e iniciativas que fomentem o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e a organização coletiva dos trabalhadores da reciclagem, fortalecendo o protagonismo dos catadores na construção de alternativas sustentáveis. O relato evidencia que a EAC não apenas informa, mas mobiliza, capacita e empodera os indivíduos para enfrentar questões ambientais e desigualdades sociais, estabelecendo um caminho para uma transformação social fundamentada na justiça e na sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental crítica, participação social; catadores; economia solidária; sustentabilidade socioambiental.

ABSTRACT

Critical Environmental Education (CEE) has a transformative approach that seeks emancipation through critical thinking and social participation, breaking with conservative and technical models of environmental education. This perspective values popular knowledge and emphasizes direct interaction with historically marginalized groups, such as recyclable material collectors, contributing to the strengthening of ecological and civic awareness. The article reports on a practical immersion experience that took place in Araputanga-MT, during the Pedagogical Week of the Municipal Education Network, where educators, technicians and support professionals experienced, for three days, the reality of recycling in a waste sorting and separation association. Through this activity, participants were able to observe the challenges faced by collectors and understand the importance of the solidarity economy and integrated solid waste management for socio-environmental sustainability. In line with the perspectives of authors such as Carvalho (2012) and Sauvé (2005), the pedagogical proposal goes beyond the classroom by promoting the exchange of knowledge and engagement in transformative practices that engage with political and social dimensions. The experience also emphasized the need for public policies and initiatives that foster dialogue between different forms of knowledge and the collective organization of recycling workers, strengthening the role of collectors in the construction of sustainable alternatives. The report shows that EAC not only informs, but mobilizes, trains and empowers individuals to address environmental issues and social inequalities, establishing a path for social transformation based on justice and sustainability.

KEY WORDS: Critical environmental education, social participation; collectors; solidarity economy; socio-environmental sustainability.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental Crítica (EAC) tem se consolidado como uma abordagem essencial para a compreensão e a transformação das questões socioeconômicas ambientais. Diferente de perspectivas conservadoras e tecnicistas, a EAC propõe uma educação emancipatória, pautada no pensamento crítico e na participação social (Layrargues e Lima, 2014). Nesse contexto, experiências que promovem a interação direta com grupos invisibilizados no cenário urbano tais como os/as catadores/es de materiais recicláveis, se tornam fundamentais para o fortalecimento da consciência ecológica e cidadã.

Este trabalho relata uma experiência de imersão prática com catadores de materiais recicláveis em uma associação de triagem, separação realizada no município de Araputanga-MT, durante a Semana Pedagógica da Rede Municipal de Ensino. A atividade ocorreu em três dias de vivência com profissionais da educação, permitindo um olhar aprofundado sobre a realidade dos trabalhadores da reciclagem e a importância da economia solidária para a sustentabilidade socioeconômica ambiental. A proposta pedagógica adotada se alinha às perspectivas dos autores Carvalho (2012) e Sauvé (2005), que defendem a valoriza  o dos saberes populares e a conexão entre educa  o ambiental e justiça social.

O presente estudo buscou refletir sobre os impactos dessa experiência na forma  o dos participantes, analisando como a imersão contribuiu para uma percep  o crítica das rela  es entre resíduos recicláveis, meio ambiente, trabalho, economia e desigualdade social. Ao promover a intera  o entre educadores, pesquisadores e catadores, a atividade reforça a necessidade de práticas pedagógicas que ultrapassem os limites da sala de aula, dos muros da universidade e da escola se enraízam em vivências concretas, promovendo um aprendizado crítico criativo, significativo e transformador por meio da troca de saberes que levem a transforma  o social.

A Educa  o Ambiental Crítica (EAC) emerge como uma abordagem transformadora, que busca compreender e enfrentar as questões socioambientais de maneira contextualizada e emancipatória. Segundo Layrargues e Lima (2014), a EAC se diferencia de modelos tradicionais ao enfatizar um viés político e participativo, rompendo com a lógica comportamentalista da educa  o ambiental conservadora.

A a  o relatada neste trabalho ocorreu em janeiro de 2025, com as pesquisadoras da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT vinculadas ao Programa de Pós-Gradua  o em Ciências Ambientais – PPGCA e os profissionais da educa  o do município de Araputanga-MT, durante a Semana Pedagógica, envolvendo três dias de prática em Educa  o Ambiental. Entre os participantes estavam professores, monitores de creche e profissionais de apoio administrativo, incluindo faxineiras e merendeiras colaboradoras, que efetuam os cuidados e a manuten  o do ambiente escolar, bem como preparam os lanches e alimentos oferecidos aos alunos da rede pública.

Como parte da imersão, os profissionais participaram de uma visita técnica    Associa  o de triagem e separa  o de resíduos sólidos de Araputanga, onde vivenciaram de forma concreta a realidade complexa do trabalho dos catadores/as e sua relevância na gestão integrada de resíduos sólidos. Essa experiência permitiu uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por esses trabalhadores, destacando a importância da separa  o correta dos resíduos e da articula  o entre a educa  o ambiental crítica e a coleta seletiva solidária.

O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, conforme destacado por Penido Monteiro et al. (2001), busca articular os diferentes setores da administra  o pública e da sociedade civil na limpeza urbana, coleta, tratamento e disposi  o final dos resíduos sólidos. A ado  o desse modelo de gestão visa não apenas    preserva  o ambiental, mas também    melhoria da qualidade de vida da popula  o. Para isso, considera-se a origem e as características dos resíduos — recicláveis, rejeitos e orgânicos —, bem como o volume gerado, permitindo a defini  o do tratamento e destina  o adequada, como coleta seletiva, compostagem e destina  o ambientalmente correta. Além disso, essa abordagem leva em conta as particularidades de cada território, como aspectos sociais, culturais, econ  micos, políticos, climáticos e urbanísticos.

Dessa forma, ao inserir a temática da gestão integrada de resíduos sólidos no processo formativo da Semana Pedagógica, permitiu ampliar a compreensão dos profissionais da educa  o sobre a rela  o entre sustentabilidade, justiça socioecon  mica ambiental e práticas de educa  o ambiental crítica. Essa abordagem contribui para o fortalecimento do compromisso com a  es que promovem a conscientiza  o e a responsabilidade socioecon  mica ambiental no ambiente escolar e na comunidade, articulando conhecimentos teóricos e vivências práticas para uma atua  o mais reflexiva e transformadora.

A EAC se ancora em uma perspectiva que reconhece a relação entre meio ambiente e questões sociais, culturais e econômicas. Carvalho (2012) destaca que a educação ambiental deve estimular a consciência crítica dos indivíduos, promovendo reflexão e ação para a transformação social. Michelli Sato (2003) enfatiza que a prática educativa deve se basear no diálogo e na experiência vivenciada para possibilitar a construção de conhecimento significativo. A educação ambiental segundo Sauvé (2005) possui diferentes concepções destacando-se a perspectiva crítica como essencial para capacitar sujeitos a atuarem em prol da equidade socioambiental. Assim, a interação com catadores permite compreender desafios estruturais e promover a valorização de seus saberes e experiências.

A EAC fundamenta-se em uma abordagem que integra as dimensões ambiental, social, cultural e econômica, compreendendo as questões socioambientais como fenômenos complexos e interdependentes. Segundo Carvalho (2012), a educação ambiental deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, estimulando a consciência crítica dos indivíduos e promovendo reflexões que conduzam a ações transformadoras. Esse enfoque busca romper com perspectivas reducionistas e conservadoras, incentivando a participação ativa dos sujeitos na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

A Educação Ambiental Crítica (EAC) se ancora em uma perspectiva que reconhece a relação entre meio ambiente e questões sociais, culturais e econômicas. Autores como Paulo Freire (1987), com sua concepção de educação libertadora, e Boaventura de Sousa Santos (2006), que valoriza os saberes populares e a ecologia de saberes, são fundamentais para compreender a importância da educação crítica e participativa no contexto dos catadores de materiais recicláveis. Nesse sentido, Carvalho (2012) destaca que a educação ambiental deve estimular a consciência crítica dos indivíduos, promovendo reflexão e ação para a transformação social. Michelli Sato (2003) enfatiza que a prática educativa deve se basear no diálogo e na experiência vivenciada para possibilitar a construção de conhecimento significativo.

A educação ambiental, segundo Sauvé (2005), possui diferentes concepções, destacando-se a perspectiva crítica como essencial para capacitar sujeitos a atuarem em prol da equidade socioambiental. Assim, a interação com catadores permite compreender desafios estruturais e promover a valorização de seus saberes e experiências. A EAC fundamenta-se em uma abordagem que integra as dimensões ambiental, social, cultural e econômica, compreendendo as questões socioambientais como fenômenos complexos e interdependentes. Esse enfoque busca romper com perspectivas reducionistas e conservadoras, incentivando a participação ativa dos sujeitos na construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

A prática educativa em educação ambiental na concepção de Michelli Sato (2003) deve ser dialógica e experiencial, possibilitando a construção coletiva do conhecimento por meio da vivência concreta dos problemas socioambientais. Essa abordagem reforça a necessidade de conectar teoria e prática, permitindo que os aprendizes compreendam as realidades locais e desenvolvam senso de pertencimento e corresponsabilidade.

Para Sauvé (2005), a educação ambiental apresenta múltiplas concepções, sendo a vertente crítica essencial para capacitar os sujeitos na busca por equidade socioambiental. A interação com catadores de materiais recicláveis, nesse contexto, torna-se um instrumento pedagógico, pois permite a problematização de desafios estruturais, como a invisibilidade social e a precarização do trabalho na cadeia produtiva da reciclagem. Ao valorizar os saberes e experiências desses trabalhadores, a EAC contribui para a ressignificação da educação ambiental como um processo emancipatório, promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e fortalecendo práticas de justiça socioambiental, que ocorre quando os catadores são visibilizados, valorizados, recebem condições dignas de trabalho e são reconhecidos como protagonistas e agentes-chave na gestão de resíduos sólidos.

Além de promover uma abordagem crítica e emancipatória, a Educação Ambiental Crítica (EAC) também está intrinsecamente ligada às questões de injustiça ambiental, onde sua reprodução e inclusão perversa de catadores na política nacional de resíduos sólidos são questões importantes a serem abordadas e analisadas. Para Guadagnin (2022), a injustiça ambiental ocorre quando certas comunidades ou grupos populacionais são desproporcionalmente afetados por problemas ambientais, como a falta de acesso a serviços de saneamento adequados ou a exposição a poluentes. Nesse contexto, os catadores muitas vezes são excluídos das políticas de resíduos sólidos, não recebendo reconhecimento adequado nem a devida proteção social. A inclusão perversa se refere à forma como os catadores são inseridos na política nacional de resíduos sólidos de maneira desigual e inadequada. Eles enfrentam altos índices de precariedade, falta de reconhecimento legal e dificuldades no acesso a recursos, capacitação e assistência técnica. Isso resulta em uma situação de vulnerabilidade e exclusão social. (GUADAGNIN, 2022).

A injustiça ambiental é um conceito que busca destacar as desigualdades sociais e ambientais existentes na distribuição dos riscos e danos ambientais. Essa injustiça geralmente acontece com aqueles grupos sociais com menos recursos financeiros, políticos e informacionais, onde são desproporcionalmente afetados por impactos ambientais negativos. Nessa perspectiva, (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9), afirmam que essa situação é compreendida como "[...] a imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9).

Esses grupos, que incluem trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados e outros grupos marginalizados, são colocados em situações de maior vulnerabilidade, enfrentando maiores riscos à sua saúde, bem-estar e qualidade de vida devido à exposição a poluentes, áreas contaminadas, desastres naturais e outros problemas ambientais.

Essa injustiça ambiental é resultado de mecanismos sociopolíticos que perpetuam desigualdades e colocam a maior carga dos danos ambientais sobre esses grupos vulneráveis, enquanto outros setores da sociedade, geralmente mais privilegiados, são protegidos dos riscos e desfrutam de melhores condições ambientais.

Essa desigualdade na distribuição dos impactos socioambientais reforça as exclusões existentes, tornando essencial o debate sobre inclusão e equidade na gestão de resíduos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9).

Layrargues e Lima (2014) argumentam que a educação ambiental não deve se limitar à conscientização individual, mas sim atuar como um instrumento de transformação social, questionando as desigualdades estruturais e incentivando a participação política. Nesse sentido, a vivência com catadores de materiais recicláveis emerge como uma prática pedagógica potente, pois permite a desconstrução de estereótipos e evidencia a relevância do trabalho desses profissionais para a sustentabilidade.

Para Freire (1987), a educação deve ser dialógica e centrada na realidade dos educandos, promovendo a conscientização e a autonomia por meio da problematização do contexto em que estão inseridos. Esse princípio se alinha diretamente à EAC, que busca romper com abordagens tradicionais e bancárias da educação ambiental, substituindo-as por práticas que fomentem a reflexão crítica e a ação coletiva. A interação com catadores possibilita que os participantes percebam a interconexão entre as dimensões social, ambiental e econômica da reciclagem, compreendendo-a não apenas como uma prática ecológica, mas como um fenômeno sociopolítico fundamental para a justiça ambiental.

Outro aspecto essencial da EAC é a valorização dos saberes populares e comunitários na construção de conhecimentos ambientais. Guimarães (2004) destaca que a educação ambiental deve reconhecer e incorporar diferentes formas de conhecimento, incluindo aqueles tradicionalmente marginalizados pelo discurso científico hegemônico. A experiência com catadores, nesse sentido, constitui um espaço para o reconhecimento de sua expertise no manejo de resíduos sólidos, além de promover um intercâmbio de saberes com potencial para fortalecer tanto a formação dos educadores quanto a autoestima e o protagonismo desses trabalhadores. Essa abordagem reforça a relevância de práticas educativas que ultrapassam os limites da sala de aula e se articulam com o cotidiano das comunidades, fortalecendo processos de ensino-aprendizagem situados e socialmente engajados.

Além disso, Schiavinato et al. (2024) destacam que, mesmo nos municípios onde há coleta seletiva, ainda é recorrente o descarte de resíduos recicláveis em aterros sanitários, evidenciando a importância das associações de catadores não apenas na operacionalização da triagem, mas também na construção de alternativas sustentáveis para a gestão de resíduos. As cooperativas e associações tornam-se, assim, peças-chave na valorização desses materiais e no fortalecimento da inclusão social e a econômica de trabalhadores historicamente marginalizados.

Ademais, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção e na implementação de práticas de Educação Ambiental Crítica (ECA) no Brasil. A Constituição Brasileira de 1988 já estabelece em seu artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo", o que implica uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a sociedade para assegurar a proteção ambiental. Essa base legal é fundamental para a criação de políticas que integrem a educação e a sustentabilidade.

Entretanto, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta desafios significativos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que apenas 27% dos municípios brasileiros possuem um plano de gestão integrada de resíduos sólidos, o que evidencia a fragilidade das ações públicas nesse âmbito (IBGE, 2021). Essa lacuna na gestão ambiental está diretamente à falta de capacitação e formação continuada para educadores e profissionais da área, o que prejudica a conscientização e a prática da EAC.

No contexto da economia solidária, a inserção de práticas sustentáveis tem mostrado resultados promissores. Segundo o Ministério da Economia (2022), o setor de economia solidária no Brasil representa cerca de 10 milhões de trabalhadores, abrangendo cooperativas, associações e empreendimento comunitários. Essas iniciativas têm se mostrado eficazes na geração de renda e na promoção da inclusão social, especialmente em áreas afetadas por desigualdades socioeconômicas.

A relação da economia solidária com a gestão de resíduos sólidos é particularmente relevante, já que muitos catadores de materiais recicláveis se organizam em cooperativas que promovem não apenas a reciclagem, mas também a valorização do trabalho realizado, contribuindo para uma cultura de sustentabilidade e justiça social. A experiência de catadores que se juntam em associações para a comercialização de materiais recicláveis revela potencialidade de construir modelos alternativos de economia, que não apenas atendem às necessidades econômicas, mas também respeitam os direitos e o meio ambiente (ANAMMA, 2023).

O cenário se complica ainda mais quando consideramos que as comunidades mais vulneráveis, frequentemente impactadas por um gerenciamento deficiente dos resíduos e pela poluição, não tem participação efetiva na formulação de políticas públicas que as afetam. Estudos de Acselrad, Mello e Bezerra (2009) destacam como as políticas ambientais muitas vezes reproduzem desigualdades sociais ao não considerar as especificidades e conhecimentos locais dos grupos mais afetados, como os catadores de materiais recicláveis. Essa exclusão gera desarticulação entre os saberes populares e as práticas formativas nas escolas, perpetuando estigmas e restringindo a mobilização por justiça socioambiental.

Para que a EAC cumpra seu papel transformador, é fundamental que haja uma articulação entre educação políticas ambientais e movimentos sociais. Nesse sentido, o fortalecimento da participação cidadã na elaboração de políticas públicas deve ser uma prioridade. Por exemplo, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), instituído pelo governo federal em 2004, buscou integrar a educação ambiental nos diversos níveis de ensino, mas carece de execução eficaz e monitoramento (Ministério do Meio Ambiente, 2020). A renovação e a expansão desse programa, com foco na formação de professores e na inclusão de práticas de EAC nas escolas, são essenciais para criar um ambiente propício para a reflexão crítica e a ação política.

A experiência relatada neste estudo, que envolveu a imersão de educadores com catadores, exemplifica como a articulação entre teoria e prática é vital. Ao promover essa troca de saberes, é possível questionar as dinâmicas de poder e gerar um ambiente de aprendizagem que não apenas informe, mas que também capacite os participantes a atuar como agentes de transformação e suas comunidades. Portanto, construção de uma educação ambiental crítica e emancipadora exige um compromisso político efetivo que garanta o reconhecimento e a valorização das vozes daqueles que, como os catadores, estão na linha de frente da gestão de resíduos e da preservação ambiental.

O município de Araputanga está situado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, a aproximadamente 345 km da capital Cuiabá, abrangendo 2 biomas, o Cerrado, e predominando, a Amazônia. Segundo o IBGE (2023), sua extensão territorial é de 1.639,733km², e sua população estimada é de 14.854 habitantes.

A economia local é baseada na agropecuária, destacando-se a produção de leite, gado de corte, soja e milho. A agricultura familiar também tem relevância, contribuindo para o abastecimento regional e geração de renda. O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,695, e renda per capita média de 1.100,00 (IBGE, 2022).

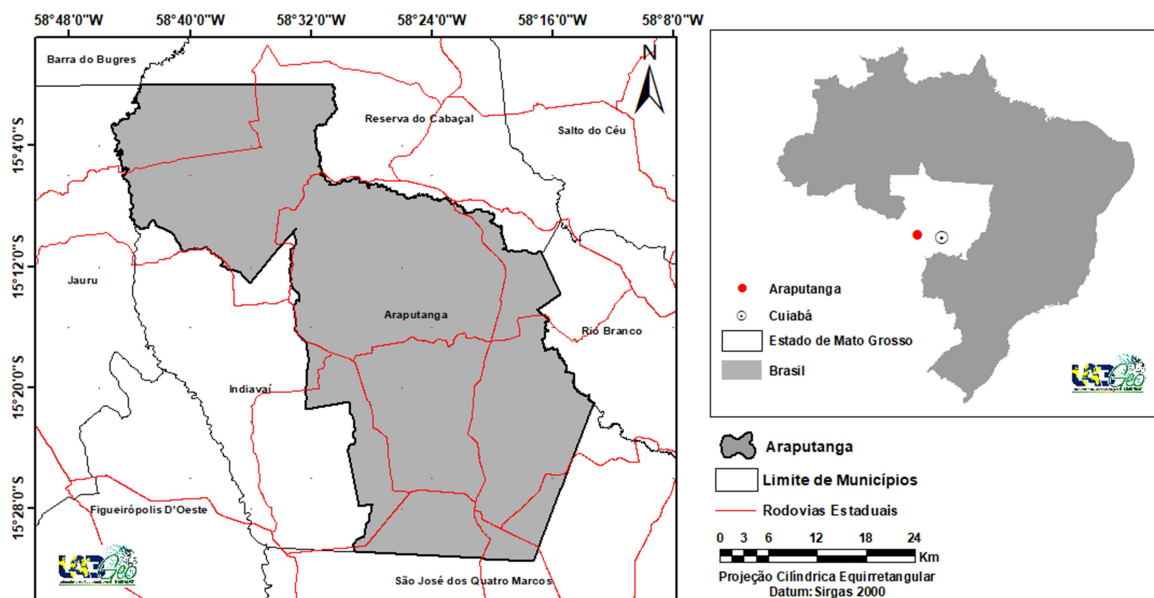


Figura 1. Área de estudo no contexto nos contextos municipais e nacional Fonte: LabGeo Unemat (2025).

No setor educacional, Araputanga conta com 1.740 alunos matriculados na rede municipal no ano de 2025 e um total de 160 profissionais. Durante a semana pedagógica de 2025, esses profissionais participaram de uma formação em Educação Ambiental, reforçando o compromisso do município com a implementação de práticas sustentáveis no ambiente escolar.

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, Araputanga conta com a Associação Ambiental de Catadores, responsável por organizar a coleta seletiva e fomentar a reciclagem. Em 2017, foi inaugurada a Central de Triagem de Recicláveis e Transbordo de Lixo, visando a estruturação da coleta seletiva e melhores condições de trabalho para os catadores (Prefeitura Municipal de Araputanga, 2017). As ações relacionadas a educação ambiental crítica na cidade estão associadas a iniciativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e parceiros institucionais, que promovem a atividades de sensibilização e incentivo a participação da comunidade na gestão de resíduos (Prefeitura Municipal de Araputanga, 2022).

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, explorando a experiência de interação com catadores por meio de observação participante. A pesquisa foi conduzida por meio de uma experiência imersiva e participativa junto aos catadores de materiais recicláveis, permitindo uma compreensão mais profunda da realidade desse grupo e das dinâmicas socioambientais envolvidas. Para garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, todos foram devidamente orientados sobre as condições do ambiente de trabalho e utilizaram equipamentos adequados, incluindo calçados apropriados, protetor solar, bonés e luvas.

O deslocamento até o local da ação ambiental foi realizado em um ônibus disponibilizado pela prefeitura, garantindo a logística necessária para a participação dos envolvidos. Ao chegar ao destino, os participantes foram organizados em grupos e cada equipe trabalhou diretamente com os catadores, acompanhando todas as etapas do processo de separação e triagem dos resíduos recicláveis. Essa divisão possibilitou a observação e a vivência prática das atividades realizadas pelos catadores, promovendo um aprendizado significativo e contextualizado.

A ação foi realizada com a participação de 160 profissionais da educação, incluindo professores, monitores de creche e funcionários administrativos, que participaram ativamente das práticas educativas durante a Semana Pedagógica. Esse grupo foi capacitado em Educação Ambiental, visando a melhoria das práticas pedagógicas relacionadas ao tema. Além disso, a formação destes profissionais beneficiará diretamente os 1.740 alunos matriculados nas instituições de ensino do município de Araputanga-MT em 2025, potencializando a conscientização ambiental nas escolas.

A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa, baseada na observação participante e no diálogo com os trabalhadores, permitindo uma troca de saberes entre professores, monitores de creche, profissionais de apoio administrativo, pesquisadoras e os catadores. Durante a atividade, os profissionais da educação e as pesquisadoras dialogaram com suas percepções em diários de campo e fizeram registros com os catadores, através de fotos, vídeos e questões orais, buscando compreender suas perspectivas sobre a educação ambiental e as políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos sólidos.

Essa estratégia metodológica possibilitou não apenas a coleta de dados relevantes para a pesquisa, mas também a construção de uma relação de respeito e valorização do conhecimento empírico dos catadores. A experiência prática reforçou a importância de uma educação ambiental crítica e emancipadora, alinhada à participação cidadã e ao reconhecimento dos saberes populares na construção de caminhos e possibilidades de inclusão social e valorização do trabalho executado pelos catadores

RESULTADOS

Historicamente, a educação ambiental tem sido centrada na sensibilização individual sobre questões ecológicas e na promoção de atitudes sustentáveis o cotidiano. Embora essa abordagem seja fundamental para despertar a consciência ambiental, ela muitas vezes se limita a mudanças comportamentais individuais e não avança para um engajamento político e social efetivo. Para que a educação ambiental cumpra seu papel transformador, é necessário ultrapassar a dimensão da sensibilização individual e investir em práticas pedagógicas coletivas que fomentem a participação cidadã ativa. Isso implica capacitar os grupos de trabalhadores da educação – professores e professoras- para compreenderem as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que influenciam as questões ambientais e incentivá-los a atuar coletivamente para a transformação dessas estruturas.

A experiência de imersão prática em Educação Ambiental Crítica (EAC) envolveu educadores, professores, monitores de creche, profissionais de apoio administrativo e catadores de materiais recicláveis, permitindo uma rica troca de saberes e vivências. Essa interação diversificada teve um impacto significativo na formação dos participantes, capacitando 160 profissionais durante a Semana Pedagógica e refletindo diretamente nas práticas educativas de aproximadamente 1.740 alunos matriculados nas instituições de ensino do município em 2025.



Figura 2: Triagem e separação dos resíduos realizada pelos catadores e os professores.

Fonte: Os autores, 2025.

A formação promoveu a conscientização sobre as dinâmicas socioambientais, incentivou a valorização dos saberes populares e fomentou um olhar crítico sobre as desigualdades sociais relacionadas à gestão de resíduos. Como resultado, diversos projetos podem surgir. Entre eles, destacam-se os programas de reciclagem nas escolas, que ensinam os alunos sobre a importância da reciclagem e como implementar práticas sustentáveis no cotidiano escolar. Além disso, oficinas de educação ambiental podem ser desenvolvidas, envolvendo a comunidade local em práticas sustentáveis como compostagem e reutilização de materiais.

Outro tipo de projeto que pode emergir são os grupos de estudo e pesquisa, que possibilitam debater e pesquisar questões ambientais, promovendo ações educativas e mobilizações na comunidade. A organização de feiras e eventos educativos seria uma excelente forma de integrar a experiência de catadores e a comunidade escolar, fortalecendo a rede de apoio à economia solidária e promovendo o consumo consciente. Por fim, cursos de capacitação para educadores podem ser estabelecidos, focando em práticas pedagógicas que integrem a EAC em diversos contextos. Essa prática educativa se alinha às perspectivas de Carvalho (2012) e Sauvé (2005), que enfatizam a conexão entre educa  o ambiental e justiça social. A seguir, o Quadro 1 sintetiza os principais impactos observados na forma  o dos educadores e nas práticas educativas resultantes dessa experiência.

O Quadro 1 sintetiza os principais impactos observados na experiência de imersão prática em Educa  o Ambiental Crítica (EAC) com catadores de materiais recicláveis. Cada categoria destacada reflete a multifacetada intera  o entre professores, monitores de creche e apoio administrativo e os catadores, evidenciando como a educa  o ambiental pode ser um catalisador para a transforma  o social. A proposta pedagógica se alinha a autores como Carvalho (2012) e Sauvé (2005), que defendem a conexão entre educa  o ambiental e justiça social. A imersão prática f  i um espaço de compartilhamento de saberes e vivências, onde educadores puderam observar diretamente as condi  o es de trabalho dos catadores e compreender a fundamental rea  o entre a economia solidária e a sustentabilidade socioecon  mica ambiental.

Nessa perspectiva, A EAC que frequentemente se restringe    transmissão de conhecimentos técnicos e    ado  o de práticas ecológicas individuais, como a reciclagem ou o consumo consciente, que, embora essas a  o es sejam relevantes, elas não são suficientes para provocar mudanças estruturais. Logo,    fundamental incentivar o questionamento das rela  o es de poder e dos modelos de desenvolvimento que perpetuam a degrada  o ambiental e as desigualdades sociais

Quadro 1: Impactos da Educa  o Ambiental Crítica na Valoriza  o do Trabalho dos Catadores e na Conscientiza  o Comunitária.

Categoria	Impactos Observados
Forma��o dos Educadores	-Aumento da consci��ncia cr��tica sobre a rela��o entre res��duos e desigualdade social. -Valoriza��o dos saberes populares e pr��ticas pedag��gicas inovadoras.
Conscientiza��o dos Alunos	-Aproximadamente 1.740 Alunos beneficiados diretamente com a forma��o recebida pelos educadores. -Maior entendimento sobre sustentabilidade e gest��o de res��duos
Intera��o com Catadores	-Estabelecimento de di��logo e valoriza��o do trabalho dos catadores. -Reconhecimento dos catadores como agentes fundamentais na gest��o de res��duos.
Pr��ticas Educativas	-Desenvolvimento de programas de reciclagem e oficinas de educa��o ambiental nas escolas. -Integra��o de pr��ticas sustent��veis no cotidiano escolar.
Engajamento Social	-Incentivo ao questionamento das rela��o�es de poder e modelos de desenvolvimento. -Fomento �� participa��o cidad��a ativa em quest��o�es socioambientais.
Resultados a Longo Prazo	-Cria��o de feiras e eventos educativos para integrar a comunidade. -Estabelecimento de grupos de estudo e pesquisa sobre quest��o�es ambientais.

Fonte: Os autores, 2025.

“Nota-se que, para os catadores, o trabalho    percebido como   tico e essencial para a sociedade, com ênfase na sustentabilidade e na preserva  o ambiental. A educa  o    vista como fundamental para melhorias nas condi  o es de vida e de trabalho, enquanto a rela  o com a família    orientada pela busca por qualidade de vida e estabilidade. No âmbito social, há um apelo por maior reconhecimento e respeito, especialmente em rela  o    coleta seletiva. Quanto aos órgãos públicos,    evidente a necessidade de apoio, valoriza  o e melhorias nas condi  o es de trabalho e saúde” (DA SILVA; SQUAREZI; MELO, 2025, p. 13897).

Preserva  o ambiental requer educa  o ambiental crítica. A educa  o    fundamental nesse processo, e a coleta seletiva realizada por catadores/as promove isso, inclusive com o órgão público evolvido.



Figura 3: Triagem e separação dos resíduos realizada pelos catadores, monitores de creche e apoio administrativo. Fonte: Os autores, 2025.

As experiências vividas com os catadores reforçam que eles são agentes fundamentais na gestão de resíduos sólidos, mas ainda enfrentam invisibilidade social e condições precárias de trabalho. A educação ambiental crítica, ao estabelecer diálogo com esses trabalhadores, contribui para o fortalecimento de suas lutas e reconhecimento de seus direitos. Como argumentam Layrargues e Lima (2014), a educação ambiental precisa ultrapassar a sensibilização e promover engajamento político e social.

Logo, quando inseridos em espaços de formação e reflexão, os catadores se tornam protagonistas na reconstrução de práticas e ações educativas, associando teoria e práxis. Para Corrêa, Sguarezi e Melo (2025, p. 73), "à visão sobre a questão ambiental deve ser crítica-reflexiva, como praticado pelos catadores/as de materiais recicláveis, para que a educação ambiental não seja restrita somente às escolas e/ou datas festivas no município. Para tanto, é necessário que seja ampliada para todas as faixas etárias e classes sociais".

Portanto, essa formação contribui para a promoção de práticas educativas mais conscientes e engajadas na temática ambiental, ampliando a consciência e responsabilidade socioambiental entre os estudantes. Ademais, a Educação Ambiental Crítica (EAC) não apenas promove a conscientização, mas também inspira ações efetivas em relação à gestão de resíduos. Isso é particularmente relevante no contexto atual, onde a segregação na fonte geradora e a minimização dos volumes gerados se tornam essenciais. Como afirmam Schiavinato et al. (2024), "é necessário aperfeiçoar e ampliar as ações de educação ambiental visando formar cidadãos comprometidos com a qualidade do meio ambiente e com o gerenciamento dos resíduos. Esse enfoque deve ser integrado nas vivências educacionais, empoderando os indivíduos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades."

CONCLUSÕES,

A vivência com catadores no contexto da EAC possibilitou a compreensão das relações entre exclusão social e questões ambientais, promovendo uma formação crítica que ultrapassa os muros da escola e universidade. A pesquisa evidencia a importância de abordagens educativas comprometidas com a justiça socioambiental e o empoderamento de grupos historicamente invisibilizados. Como destacado por Sauvé (2005), a educa  o ambiental deve ser um instrumento de emancipa  o e constru  o de alternativas sustentáveis e democráticas.

A educa  o ambiental crítica desempenha um papel fundamental na promo  o da justiça socioambiental e na valoriza  o dos saberes populares. No contexto dos catadores de materiais recicláveis, essa abordagem se torna ainda mais essencial, pois permite que esses trabalhadores sejam (re) conhecidos como protagonistas na constru  o de alternativas sustentáveis. Ao ultrapassar a mera sensibiliza  o e incentivar o engajamento político e social, a educa  o ambiental possibilita a cria  o de espaços de participa  o democrática, fortalecendo a autonomia e a cidadania ativa.

Dessa forma, é necessário que as políticas públicas e as iniciativas educacionais sejam estruturadas a partir de uma visão emancipadora, garantindo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e promovendo a organização coletiva dos catadores. A articulação entre educação, políticas ambientais e movimentos sociais é indispensável para transformar a realidade desses trabalhadores e contribuir para um modelo de sociedade equânime, inclusiva e justa. Assim, reafirma-se a urgência de uma educação ambiental que não apenas informa, mas também mobilize, capacite e empodere os indivíduos para a construção de um futuro mais equitativo e ecologicamente responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACSELRAD, Henri.; MELLO, Cecília Campello Amaral.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O Que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
2. ANAMMA, Associação Nacional De Órgãos Municipais De Meio Ambiente. **Relatório sobre economia solidária e reciclagem**. 2023.
3. BRASIL. Ministério da Economia. **Resultados da economia solidária no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2022.
4. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília, DF: MMA, 2020.
5. CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.
6. CORREA, Frankielle Alline Pereira; SGUAREZI, Sandro Benedito; MELO, Sonia Aparecida Beato Ximenes de. Perfil socioeconômico ambiental dos catadores/as de materiais recicláveis. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 15, p. 58–76, 2025. DOI: 10.24302/drd.v15.5599. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5599>. Acesso em: 31 mar. 2025. (ISSNe 2237-9029) <https://doi.org/10.24302/drd.v15.5599>. 2025
7. DA SILVA, Antônia Aparecida Dantas; SGUAREZI, Sandro Benedito; DE MELO, Sônia Aparecida Beato Ximenes. Perfil Socioeconômico dos Catadores: Associação Ambiental de Catadores de Reciclagem (Aacr), Mato Grosso, Brasil. **ARACÊ**, [S. l.], v. 3, pág. 13879–13899, 2025. DOI: [10.56238/arev7n3-217](https://doi.org/10.56238/arev7n3-217). Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3985>. Acesso em: 31 mar. 2025.
8. FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
9. GUADAGNIN, Mário Ricardo. **Reprodução da (in)justiça ambiental e inclusão perversa de catadores na Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS** / Mario Ricardo Guadagnin. - 2022. 217 p. : il. Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2022.
10. GUIMARÃES. Mauro. **A formação de educadores ambientais**: Papirus, Campinas, 2004.
11. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. **Cidades e Estados: Araputanga**. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/araputanga.html>
12. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Município de Araputanga**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/araputanga>. Acesso em: 4 abr. 2025.
13. LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira Da Costa. O discurso da educação ambiental conservadora nas políticas públicas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 200-214, 2014.
14. SATO, Micheli. **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.
15. MONTEIRO, José Henrique Penito; ZVEIBIL, Victor Zular. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.
16. SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 20, 2005.
17. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA. **Consórcio Nascentes do Pantanal e FUNASA inauguram Central de Triagem de Recicláveis e Transbordo de Lixo em Araputanga**. 2017. Disponível em: <https://araputanga.mt.gov.br/artigo/consorcio-nascentes-do-pantanal-e-funasa-inauguram-central-de-triagem-de-reciclaveis-e-transbordo-de-lixo-em-araputanga>. Acesso em: 4 abr. 2025.
18. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA. **Prefeitura junto com a Associação Ambiental de Catadores Reciclar distribui sacos de rafia para a população**. 2022. Disponível em: <https://araputanga.mt.gov.br/artigo/prefeitura-junto-com-a-associao-ambiental-de-catadores-reciclar-distribui-sacos-de-rafia-para-a-populacao>. Acesso em: 4 abr. 2025.
19. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA. **Secretaria de Meio Ambiente realiza ações de Educação Ambiental**. 2017. Disponível em: <https://araputanga.mt.gov.br/artigo/secretaria-de-meio-ambiente-realiza-acoes-de-educacao-ambiental>. Acesso em: 4 abr. 2025.
20. SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

21. SCHIAVINATO, Vanusa Mariano Santiago; ANDRADE, Maria José Dorriguette; SGUAREZI, Sandro Benedito; SCHIAVINATO, Andressa Geovana Santiago; GONZÁLEZ, Alfredo Zenen Dominguez. **A coleta seletiva de resíduos sólidos na região sudoeste de mt: desafios para a educação ambiental.** Anais do XX SGBFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada & IV ELAAGFA - Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118243>>. Acesso em: 04/04/2025 01:52
22. PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010.** Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/publications/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2021-22>> Acesso em: 18 fev. 2025.